



Aula 080: Primeira República Brasileira (1899-1921)

AULA 80 · ESCOLA DE HISTÓRIA

1898-1921

A fase de **Institucionalização** da República Oligárquica: Constituição de 1891, coronelismo, Política dos Governadores e o Pacto de Ouro Fino — um período de disputas, tensões e conflitos dentro e fora das elites dominantes.

A Constituição de 1891 e as Raízes do Coronelismo

A Primeira República nasce com um documento fundador que distribui poder de forma muito específica. O **artigo 68 da Constituição de 1891** é central para compreender por que o coronelismo floresceu com tanta intensidade no país:

"Os estados organizar-se-ão de forma que fique assegurada a autonomia dos municípios em tudo quanto respeite ao seu peculiar interesse."

— Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, 1891

Ao garantir autonomia aos municípios, a Constituição **legalizou, na prática, o poder das elites locais** — os chamados coronéis. Essa figura tem origem na **Guarda Nacional**, criada em 1830 ainda no período Imperial, quando lideranças militares espalhadas pelo território foram acumulando influência econômica e política em suas regiões.

⚠ Um erro comum é imaginar que o coronelismo era um fenômeno exclusivamente nordestino — reforçado por décadas de teledramaturgia brasileira. A realidade histórica é bem mais complexa e abrangente.

O Coronelismo pelo Brasil: Configurações Regionais

Segundo **Maria Efigênia Lage Rezende**, cada estado do Brasil possuía sua própria configuração oligárquica. Os coronéis que alcançavam hegemonia em seus estados integravam oligarquias com perfis muito distintos – incluindo bacharéis, médicos, advogados e engenheiros já inseridos no meio urbano.

"O poder das oligarquias estaduais estrutura-se com base nos partidos estaduais, máquinas políticas poderosas, e no uso da força militar sempre que necessária."

— Maria Efigênia Lage Rezende

O Voto de Cabresto e a Tese de Victor Nunes Leal

Compreender o coronelismo exige ir além da imagem do fazendeiro autoritário. O professor Victor Alexandre recorre à obra clássica **Coronelismo, Enxada e Voto**, de **Victor Nunes Leal**, para apresentar uma perspectiva mais complexa:

"Completamente analfabeto ou quase, sem assistência médica, não lendo jornais nem revistas, nas quais se limita a ver as figuras, o trabalhador rural, a não ser em casos esporádicos, tem o patrão na conta de bem feitor. No plano político, ele luta com o coronel, junto com ele, e pelo coronel. Aí estão os votos de cabresto, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica rural."

— Victor Nunes Leal, *Coronelismo, Enxada e Voto*

A leitura de Leal é reveladora: o **voto de cabresto** não era apenas coação pura — era também sintoma de uma **ausência do Estado**. Para o trabalhador rural analfabeto, o coronel representava a única figura que oferecia algum tipo de assistência concreta.

Como o Voto de Cabresto Funcionava

→ Dependência Econômica

Trabalhadores rurais ameaçados de demissão caso não votassem no candidato indicado pelo coronel

→ Violência e Intimidação

Ameaças físicas eram instrumentos recorrentes de controle eleitoral nas regiões rurais

→ Ausência do Estado

Sem serviços públicos, o coronel era o provedor de dignidade mínima, criando laços de lealdade genuína

→ Voto Público

Sem sigilo, o controle do voto era quase total e a resistência tornava-se extremamente perigosa

Campos Sales e a Política dos Governadores

A República brasileira começou conturbada: **Deodoro da Fonseca** fechou o parlamento; **Floriano Peixoto** entrou em guerra no Sul; e **Prudente de Moraes** enfrentou a Guerra de Canudos. É nesse contexto que **Manuel Ferraz de Campos Sales** (1898–1902) assume o poder com a missão de promover a pacificação política do país.

Para isso, criou um dos mecanismos mais sofisticados — e mais criticados — da Primeira República: a **Política dos Governadores**.

O que os estados ganhavam	O que o governo federal ganhava
Apoio financeiro e fiscal federal	Apoio dos governadores à presidência
Permissão para criar impostos e taxas locais	Maioria coesa no parlamento nacional
Autonomia política regional garantida	Estabilidade e governabilidade

⊗ Para garantir o arranjo, Campos Sales criou a **Comissão de Verificação de Poderes** — um filtro político que permitia **impugnar** mandatos de candidatos eleitos contrários ao sistema. Esse processo ficou conhecido como **"degola"**: a cassação de diplomas eleitorais de opositores.

Hermes da Fonseca e a Política das Salvações

Se Campos Sales construiu o sistema, o presidente **Hermes da Fonseca** (1910–1914) tentou desmontá-lo. General oriundo do Rio Grande do Sul, Hermes chegou ao poder com o discurso de **"moralizar a política brasileira"** — ou seja, derrubar as oligarquias estaduais que dominavam o país.

Para isso, lançou a chamada **Política das Salvações**: uma série de intervenções militares nos estados para substituir os grupos oligárquicos no poder. É importante, porém, não idealizar essa iniciativa: onde teve sucesso, Hermes simplesmente **substituiu uma oligarquia por outra**.



Bahia

O governo federal entrou em confronto armado direto com a oligarquia baiana. Ruas de Salvador foram completamente destruídas por bombardeios, evidenciando a violência real do conflito político.



Ceará — Juazeiro

A resistência contou com mobilização popular massiva em defesa dos coronéis locais. O intermediário foi o **Padre Cícero Romão Batista**, figura de enorme popularidade no sertão.

O Pacto de Ouro Fino e a "Política do Café com Leite"

O Pacto de 1913

Ao fim do governo Hermes da Fonseca, as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais reagiram firmando o **Pacto de Ouro Fino (1913)**: uma aliança entre os dois estados mais poderosos do país.

São Paulo

Peso econômico do café e domínio financeiro nacional

Minas Gerais

Maior colégio eleitoral do país, garantindo votos decisivos

Objetivo: isolar politicamente os demais estados e garantir o controle das eleições nacionais.

A Revisão Historiográfica de Cláudia Viscardi

A historiadora **Cláudia Viscardi**, em *O Teatro das Oligarquias*, desmonta a versão simplificada frequentemente ensinada:

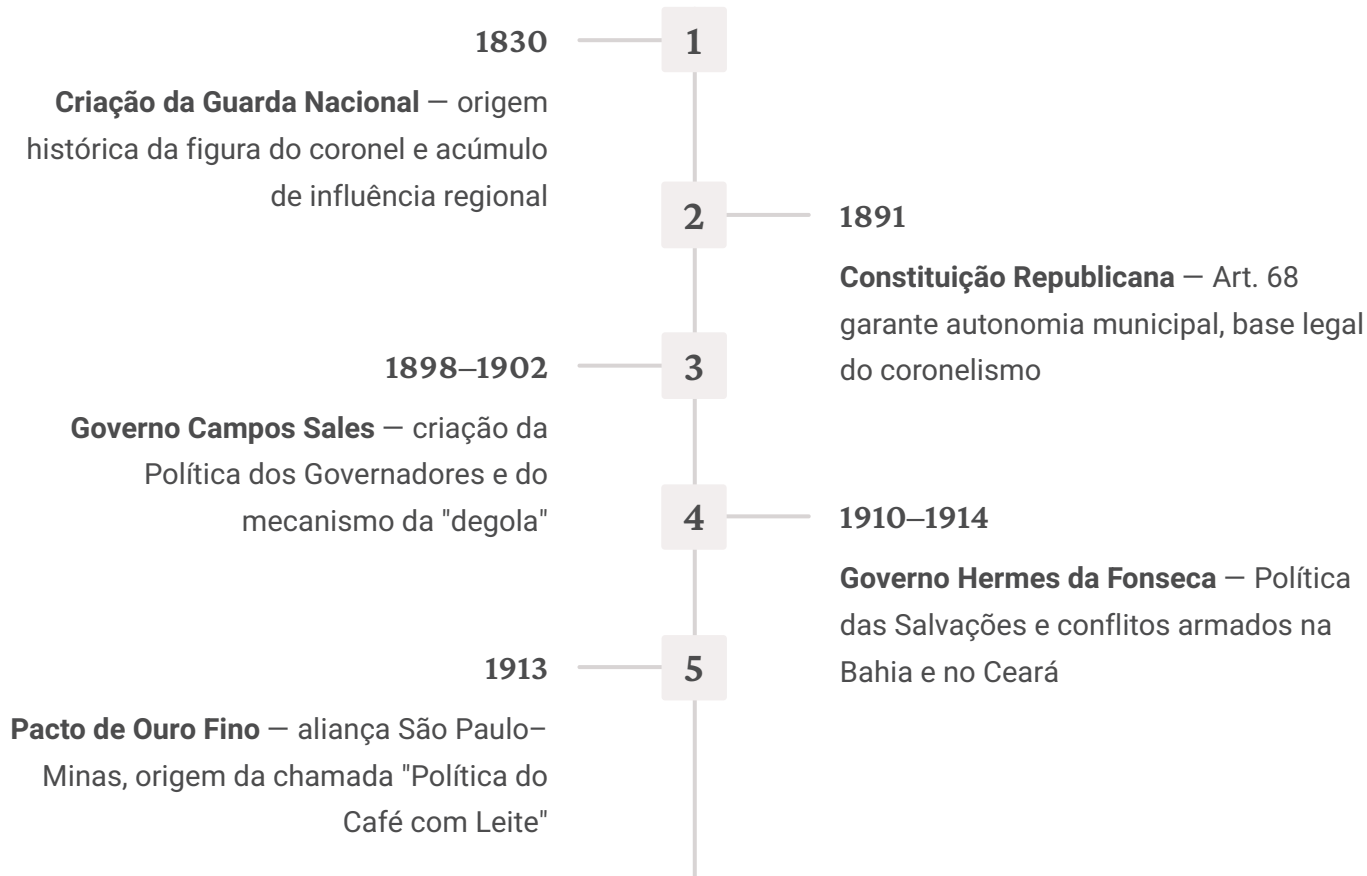
Não havia uma alternância automática e pacífica no poder entre São Paulo e Minas. O que existia eram disputas, conflitos e tensões constantes — uma *ausência* de "pax oligárquica", e não um acordo tranquilo entre elites.

A Primeira República foi, portanto, um período de **conflitos em múltiplas camadas**: entre classes sociais e dentro da própria elite dominante. O nome popular "Política do Café com Leite" esconde muito mais tensão do que harmonia.

 A historiografia especializada revela que a imagem de uma república oligárquica estável e consensual é, ela mesma, uma construção política — não um retrato fiel da realidade.

Linha do Tempo da Institucionalização Republicana

Os principais marcos que estruturaram o sistema político da Primeira República, da origem do coronelismo ao Pacto de Ouro Fino:



Cada marco representa não apenas uma mudança institucional, mas uma reconfiguração das forças políticas que disputavam o controle do Estado brasileiro — evidenciando que a Primeira República foi construída sobre tensões permanentes, não sobre consensos.

Síntese: A República de Poucos

A análise da fase de institucionalização da Primeira República revela um sistema político construído sobre pilares interdependentes:



Constituição de 1891

Garantia de autonomia municipal — base legal que permitiu o florescimento do poder coronelista em todo o território nacional



Coronelismo

Conversão da autonomia municipal em controle social e eleitoral, sustentado pela ausência do Estado e pela dependência econômica



Política dos Governadores

Integração do poder local ao governo federal por meio de trocas de apoio político e financeiro entre presidência e oligarquias estaduais



Pacto de Ouro Fino

Tentativa de blindar o sistema contra rupturas, concentrando o poder nas mãos das oligarquias de São Paulo e Minas Gerais

O conceito de **República Oligárquica** sintetiza bem essa configuração — uma forma republicana utilizada para manter o poder concentrado nas mãos de poucos. Compreender essa complexidade é essencial para entender não apenas o Brasil do início do século XX, mas também as heranças políticas que chegaram até a atualidade.



Na **Parte 2 desta Aula 80**, o foco se deslocará para os conflitos populares: Revolta da Vacina, Revolta da Chibata, Greve de 1917 e Guerra do Contestado.

Material de uso exclusivo dos alunos da Escola de História. Qualquer reprodução indevida ou comercialização acarretará em disposições judiciais.